

POVO LIVRE

Director: José Luís Moreira da Silva

Periodicidade Semanal

Registo na ERC nº 105690

Propriedade: PSD - Rua de São Caetano, nº 9 1249-087 Lisboa



José Luís
Moreira da Silva

Editorial

CONVENCER OS PORTUGUESES!

Na próxima sexta-feira o PSD vai votar na segunda eleição directa para Presidente da CPN da sua existência. Mas, na verdade, são as primeiras em que se confrontam dois candidatos, o que lhe dá um especial interesse.

Talvez a razão deste actual despique democrático, seja o reconhecimento do grande erro de os opositores declarados à actual liderança de Marques Mendes, já na altura, como agora, corporizados na candidatura de Luís Filipe Menezes, não terem avançado para uma candidatura então.

Grande erro, pois em democracia, é sempre melhor um bom e salutar confronto de ideias, do que atirar para a sombra as divergências. Mantendo as críticas, mas sem a legitimidade voto, seja ele qual for.

Agora, pelo contrário, há confronto. Há debate, Há ideias para o PSD e para o país em confronto. Ganhará a que melhor convencer o eleitorado das suas virtudes. Não me cabe a mim, neste órgão oficial do PSD expressar as minhas convicções pessoais, pelo que aqui o não farei. Estou no entanto certo que, seja qual for a escolha, será o que os Militantes acharem ser o melhor Presidente para o PSD, mas principalmente o melhor Primeiro Ministro para Portugal!

Na verdade, nestas eleições a dois anos das legislativas de 2009, está em causa escolher o adversário de Sócrates, o que quer dizer, escolher o futuro Primeiro Ministro de Portugal!

Também por isso, não pode a eleição, vista e examinada ao pormenor pelo País, com a comunicação social bem perto, resvalar para a demagogia ou para o confronto baixo e pessoal. Quer-se elevação e sentido da responsabilidade.

Por mim estou certo que quem ganhar saberá construir uma Oposição forte e corajosa, capaz de evidenciar aos portugueses que há uma alternativa credível, capaz de fazer diferente.

O PSD estará em condições de reganhar a confiança do eleitorado, construindo uma alternativa de governo moderna e aliciadora. Uma alternativa que convença a classe média e as elites e todas as forças de mudança da sociedade, das reformas necessárias, com ousadia e inovação.

Mas principalmente, que seja capaz de evidenciar que o PSD cumpre o que promete e não se deslumbra com meras propagandas e folclores mediáticos, sem substância.

O PSD é diferente do PS, pela atitude, pela coragem e pela capacidade de fazer!

Tudo o que falta ao PS.

Nestas eleições directas, mais do que vencer, será preciso convencer os portugueses!

Marques Mendes, responsabiliza Sócrates pela “ausência de resultados concretos” na acção do Governo



Destaques:

O Presidente ataca Sócrates, no Debate Mensal no Parlamento

Pag. 2 e seguintes

Conselho de Jurisdição Nacional decide sobre problemas eleitorais

Em “Actividades do PSD”

Insuficiente o prazo para entrada em vigor do novo Código do Processo Penal

Em “Actividades do PSD”

Marques Mendes, no Debate Mensal responsabiliza Sócrates pela “ausência de resultados concretos” da acção do Governo

No primeiro debate mensal da 3ª Sessão Legislativa - sobre o tema “Plano Tecnológico nos Serviços Públicos” – o Presidente do PSD demonstrou com casos concretos “que entre estatísticas, relatórios (citados pelo Governo) e a realidade vai ainda uma distância muito grande”.

Na área da Saúde, um relatório publicado refere que já é possível marcar consultas por via electrónica. “Pois este anúncio feito pelo Governo não corresponde à realidade” disse Marques Mendes. “Há apenas experiências piloto”, mas na generalidade dos hospitais de Norte a Sul ainda não é possível”

Portugal tem à sua disposição desde 1 de Janeiro os novos fundos comunitários, indispensáveis ao desenvolvimento. “Estamos em Setembro. Onde está o guichet para entrega das candidaturas? Onde está o dinheiro? Considero este atraso da maior gravidade. Portugal vai perder um ano porque o Governo não fez o seu trabalho junto de Bruxelas. O que temos é o site www.incompetencia.gov.pt” afirmou Marques Mendes.

O Presidente do PSD questionou e criticou, ainda, o Primeiro-Ministro sobre outras áreas: o constante adiamento da reforma da Administração Pública; a onda de criminalidade e respectiva falta de resposta do Governo referindo, também, os repetidos anúncios na área da Educação e seu incumprimento.

Por sua vez o Primeiro-Ministro, neste debate mensal, primou pela ausência de respostas e fuga às questões que lhe foram colocadas.



Portugal deve voltar a ser apontado como “exemplo de sucesso”

Numa visita e trabalho a Braga, Marques Mendes, num encontro realizado pela JSD, no qual participaram várias dezenas de militantes, afirmou que, com o PSD, “Portugal voltará a ser apontado como exemplo de sucesso e não de falhanço na Europa” em 2009.

“Se Portugal foi, durante uma década, entre 1985 e 1995, apontado como um bom exemplo, não pode ser

agora um exemplo de fracasso”, declarou.

Para o actual líder do PSD, “a situação económica e social, as desigualdades, o desemprego elevado não podem ser fatalidades”.

“Durante uma década, Portugal recebia menos dinheiro da União Europeia, mas tinha pouco desemprego e uma taxa de crescimento muito boa. O problema está na arrogância e na incompetência deste Governo e deste primeiro-ministro”, lamentou.

O líder “laranja” manifestou-se determinado em conduzir o partido

à vitória nas eleições legislativas: “Estou a fazer aquilo que acredito. O PSD é o melhor partido português. E temos de ir buscar o ADN do PSD que é a sua ambição. Estou neste combate para ganhar e para governar Portugal”.

Marques Mendes ainda classificou de “crime” o fecho da maternidade de Barcelos e acusou o Governo de estar transformado numa “agência de propaganda e distribuição de computadores, para disfarçar os maus resultados”.

– Fonte: Lusa





Conselho de Jurisdição Nacional e “Directas”



O Conselho de Jurisdição Nacional (CJN) do PSD reuniu na segunda-feira para decisão dos casos mais “complexos” do processo eleitoral para as directas de 28 de Setembro, como os “pagamentos de quotas” e “especificidade” dos militantes açorianos.

Em declarações à Lusa, o presidente do CJN, o deputado Guilherme Silva, adiantou que um dos casos que ficou adiado para a próxima segunda-feira refere-se “aos pagamentos em massa com o mesmo cartão Multibanco e à mesma hora” detectados pelos serviços do partido.

“Em alguns casos são dezenas, noutras centenas, de quotas que foram pagas com o mesmo cartão e à mesma hora”, referiu Guilherme Silva, considerando que estas situações “não são permitidas pelos regulamentos”.

“O engenho e a arte da fraude também chegaram aos meios electrónicos de pagamento”, acrescentou.

De acordo com o regulamento de quotizações aprovado pela comissão política nacional do PSD a 08 de Novembro de 2005, o militante só pode optar por uma das seguintes formas de pagamento: cartão Multibanco, transferência bancária, cheque ou vale postal.

No número dois do artigo 1º do regulamento é ainda estabelecido que “o pagamento da quota é da responsabilidade individual de cada militante, não sendo admitido o agrupamento de militantes num mesmo pagamento, salvo no caso de pertencer ao mesmo agregado familiar”.

Para os militantes poderem pagar as quotas por Multibanco, o partido forneceu a cada um deles um PIN individual que tinham que inserir na altura do pagamento.

Ainda segundo Guilherme Silva, os militantes que estão incluídos nestes “pagamentos em massa” não foram “à cautela incluídos pelos serviços nos cadernos eleitorais”, ou seja, não fazem parte dos 69.936 militantes que podem votar nas directas da próxima semana.

Contudo, cabe agora ao CJN decidir em definitivo se inclui ou não estes militantes nos cadernos eleitorais.

Outro caso que o CJN analisou na segunda-feira é relativo aos oito mil militantes da Região Autónoma dos Açores.

“Nos Açores, desde sempre, nunca foi exigido o pagamento das quotas para se votar. Ficou-se à espera da aprovação de um regulamento que nunca foi aprovado”, explicou Guilherme Silva.

Ou seja, ao contrário do que está definido nos regulamentos gerais, que estabelecem que apenas os militantes com quotas em dia podem votar, nos Açores tal nunca aconteceu e todos os militantes, mesmo os que tinham quotas em atraso sempre votaram.

“Sempre votaram para a eleição dos órgãos próprios, para os delegados ao congresso e mesmo nas primeiras eleições directas”, disse Guilherme Silva.

Desta forma, acrescentou, o CJN terá de decidir se apesar desta “especificidade e permanência da norma no tempo” os cerca de oito mil militantes dos Açores devem ser excluídos dos cadernos eleitorais.

“Estes oito mil militantes já estão incluídos nos cerca de 69 mil que estão nos cadernos eleitorais. Teremos agora de decidir se os excluimos ou não”, afirmou.

Após a reunião, que se prolongou pela noite, o Conselho de Jurisdição Nacional do PSD decidiu dar a “possibilidade excepcional” aos

militantes dos Açores de pagarem as quotas em atraso, até ao dia das directas, e excluiu 1.442 militantes dos cadernos eleitorais por “pagamentos irregulares”.

As decisões do Conselho de Jurisdição Nacional (CJN) foram transmitidas aos jornalistas pelo presidente daquele órgão, o deputado Guilherme Silva, na sede nacional do PSD.

Uma das questões analisadas pelos membros do CJN estava relacionada com a situação dos oito mil militantes da Região Autónoma dos Açores que não tinham as quotas em dia mas foram incluídos nos cadernos eleitorais, contrariando, assim, as normas nacionais do partido, que determinam que apenas os militantes com quotas actualizadas podem votar nas eleições internas.

Segundo Guilherme Silva, esta situação decorre dos próprios estatutos regionais do PSD-Açores “que não exigem que os militantes tenham as quotas em dia para exercer o direito de voto”.

Contudo, e porque deste caso decorria “uma desigualdade em relação aos demais militantes” e porque foi afastada a hipótese, que chegou a ser colocada ao final da tarde, de “excluir dos cadernos eleitorais todos os militantes dos Açores”, o CJN decidiu autorizar “a possibilidade excepcional de pagarem as quotas em atraso até ao momento do voto” nas directas de sexta-feira.

“É uma solução que concilia a igualdade de exercício de voto, com o dever de ter as quotas em dia”, sublinhou Guilherme Silva, adiantando que a decisão mereceu o acordo de todos os membros do CJN presentes no momento da votação.

Ainda de acordo com o presidente do CJN, o “tribunal” do partido decidiu “de acordo com a lei e os estatutos” e teve em conta um parecer do constitucionalista Jorge Miranda.

Por outro lado, o CJN decidiu excluir dos cadernos eleitorais das directas para a liderança do PSD 1.442 militantes “por pagamento irregulares” ou “pagamentos em massa”.

Marcadas eleições para a liderança da bancada social-democrata, para o dia 20 de Outubro



O grupo parlamentar do PSD marcou no dia 20, as eleições na bancada para 18 de Outubro, quase duas semanas depois das directas.

O actual líder parlamentar social-democrata, Luís Marques Guedes, já fez depender a sua recandidatura ao cargo do resultado das directas, reconhecendo que há circunstâncias em que não colocará sequer essa hipótese.

A reunião da bancada durou hoje pouco mais de uma hora e, além da marcação das eleições, os deputados abordaram o reinício dos trabalhos parlamentares, com o novo regimento, e a entrada em vigor do novo Código Penal e Código do Processo Penal.

As directas no PSD disputam-se a 28 de Setembro e o Congresso está marcado para 12, 13 e 14 de Outubro, em Torres Vedras.

PSD considera “manifestamente insuficiente” o intervalo entre a publicação em e a entrada em vigor do novo Código do Processo Penal



O vice-presidente do PSD, Calvão da Silva, considerou “manifestamente insuficiente” o intervalo de tempo entre a publicação em Diário da República e a entrada em vigor do novo Código do Processo Penal (cerca de duas semanas).

“Esta ‘vacacio legis’ é manifestamente insuficiente e essa norma foi imposta no PS, tendo o PSD votado contra a sua aprovação na Assembleia da República (AR)”, criticou, em declarações à Lusa, o vice-presidente do PSD e professor universitário, acrescentando que “esta pressa do PS só podia ter efeitos nefastos, como está a ter”.

Calvão da Silva referiu que o curto espaço de tempo entre a publicação e a entrada em vigor de “um texto longo, complexo e com uma filosofia nova”, “não permitiu a adaptação das agendas dos tribunais” para os efeitos vários da legislação, designadamente na fase de inquérito, pois “não houve tempo para o estudo aturado das novas matérias”.

Na opinião do vice-presidente social-democrata, tais problemas seriam evitáveis se o período em questão tivesse sido mais longo, “como o PSD pediu”.

Calvão da Silva defendeu uma “vacacio legis” “nunca inferior a seis meses”, que permitisse “detectar eventuais incongruências que é normal aparecerem em leis tão estruturantes”, como o Código Penal (CP) e o Código do Processo Penal (CPP).

“O último efeito nefasto”, adiantou, é que, “com este ruído, mata-se a ideia positiva de um Pacto da Justiça [celebrado entre o PS e o PSD e que inclui esta matéria] e a aceitabilidade da nova legislação” pela opinião pública.

Calvão da Silva sublinhou que, em matéria de prazos, “a prudência teria sido boa conselheira” e que teria sido preferível atrasar a entrada em vigor da Lei de Política Criminal (LPC), de forma a permitir uma melhor adaptação dos novos códigos penais.

Votação do pedido do PSD para ouvir ministra da Cultura adiado por uma semana

O Parlamento adiou, por uma semana, a votação de um requerimento do PSD que pedia a audição da ministra da Cultura, com o PS a preferir esperar pelas alterações que irão ser introduzidas pelo novo regimento.

“Ainda que votássemos favoravelmente este requerimento nem sequer sabemos se seria esta comissão a ter competências para executar a decisão”, argumentou a deputada socialista Manuela Melo, numa reunião da comissão parlamentar de Educação, Ciência e Cultura.

O novo regimento da Assembleia da República, que entrou em vigor a 01 de Setembro, prevê a recomposição de todas as comissões parlamentares - quer em termos de composição quer de competências - uma matéria que será decidida na próxima conferência de líderes, hoje, 25 de Setembro.

O PSD não se manifestou contra este adiamento, embora prometa manter a intenção de chamar Isabel Pires de Lima ao Parlamento.

Na base do requerimento dos social-democratas está a não recondução de Dalila Rodrigues na direcção do Museu Nacional de Arte Antiga e sua substituição, a 01 de Setembro, por Paulo Henriques, até então director do Museu Nacional do Azulejo.

“Este episódio foi um culminar de dois anos em que assistimos no Ministério da Cultura a um verdadeiro dançar de cadeiras”, criticou o deputado do PSD Emídio Guerreiro, acusando o Ministério de pretender ter “uma cultura única” no sector com estas substituições.

O PSD quer ainda questionar a ministra Isabel Pires de Lima sobre a sua ausência das cerimónias comemorativas do centenário do nascimento do escritor Miguel Torga, realizadas a 12 de Agosto em Coimbra.

O Governo apenas se fez representar nas comemorações do centenário do escritor, realizadas em Vila Real e Coimbra, pelos respectivos directores regionais da Cultura.

A 01 de Agosto, o director do Instituto dos Museus e Conservação (IMC), Manuel Bairrão Oleiro, comunicou à directora do MNAA que não iria ser reconduzida no cargo e que seria substituída por Paulo Henriques, director do Museu Nacional do Azulejo, a partir de 01 de Setembro.

A directora cessante regressa a Viseu, onde exerce como professora coordenadora de História da Arte do Instituto Politécnico para “continuar a docência e investigação” nesta área.

Quando veio a público o afastamento da responsável, o director do IMC, Manuel Bairrão Oleiro, justificou, em declarações à Lusa, que a decisão se prendia com a “total discordância” manifestada por Dalila Rodrigues em relação ao modelo de funcionamento daquele organismo.



Alterações propostas e votadas, ao diploma que aprova a orgânica da GNR



O PSD admite votar a favor das alterações propostas pelo PS ao diploma que aprova a orgânica da GNR, se forem ao encontro das soluções defendidas pelo partido, disse à agência Lusa o líder parlamentar social-democrata.

Em Julho, o PS aprovou sozinho o diploma, que obteve o voto contra de toda a oposição.

“Se aceitarem as propostas que fizemos em Julho, se as soluções forem idênticas, só então votaremos a favor”, declarou Luís Marques Guedes.

Uma das exigências do PSD está satisfeita: o PS propõe que a articulação entre a nova Unidade de Controlo Costeiro da GNR e a Autoridade Marítima Nacional seja definida por decreto regulamentar e não por portaria, como estava previsto.

O PSD quer ainda que “o acesso ao posto de general seja igual ao do Estatuto Militar das Forças Armadas (EMFAR)”, sublinhou Marques Guedes, que disse ainda não ter tido acesso à proposta do PS.

Além disso, Marques Guedes acrescentou que queria ver de que forma o PS retira a atribuição da “graduação no posto de general”, de quatro estrelas, ao comandante da GNR, equiparando-o aos chefes das Forças Armadas.

Na proposta de alteração entregue pelo PS na mesa do Parlamento, é simplesmente eliminado, no artigo 23.º, o número 2, que estabelecia que “a nomeação para o cargo de comandante geral implica a graduação no posto de general”.

O diploma vetado pelo Presidente da República, Cavaco Silva, foi reapreciado quarta-feira em plenário e as alterações propostas pelo PS, votadas na mesma sessão.

Em Julho, o PS ficou isolado na votação da lei, que o PSD e CDS consideraram criar um quarto ramo das Forças Armadas, argumento tido em conta pelo Presidente quando vetou o diploma, em Agosto.

Cavaco Silva considerou, entre outros argumentos, que a nova Lei Orgânica da GNR introduzia alterações que “não favorecem a necessária complementaridade entre as Forças Armadas e a Guarda Nacional Republicana”.

O Presidente concluiu que as alterações introduzidas “contendem com o equilíbrio e a coerência actualmente existentes entre ambas [Forças Armadas e GNR] e com o modo do seu relacionamento, podendo afectar negativamente a estabilidade e a coesão da instituição militar”.

Entretanto, quando – alguns dias depois – a votação foi efectuada, o novo diploma sobre a orgânica da GNR foi aprovado por PS e PSD, com a abstenção do CDS-PP e o voto contra das restantes bancadas.

Foram introduzidas três alterações, uma das quais aprovada por unanimidade: a eliminação do número 02 do artigo 23.º, que atribuía ao comandante da GNR o posto de General de quatro estrelas, equiparando-o aos chefes dos três ramos das Forças armadas.

A alteração ao artigo 19.º, que deixa de permitir o acesso dos oficiais da GNR ao posto de General em condições diferentes das estabelecidas para os membros das Forças Armadas, foi aprovada pelo PS, PSD e CDS-PP, com os votos contra das restantes bancadas.

A terceira alteração, ao artigo 53.º, que estabelece que a articulação entre a nova Unidade de Controlo Costeiro da GNR e a Autoridade Marítima Nacional seja definida por decreto regulamentar e não por portaria, como estava previsto, foi aprovada pelo PS e PSD, com a abstenção do CDS-PP e o voto contra do PCP, BE e Verdes.

PS “chumba” requerimentos do PSD e do CDS-PP para ouvir o ministro da Administração Interna

O PS “chumbou” o requerimento do PSD para ouvir o ministro da Administração Interna, Rui Pereira, na Comissão de Assuntos Constitucionais, a propósito de um assalto ocorrido em Viana do Castelo.

De acordo com o presidente da Comissão de Assuntos Constitucionais, Osvaldo Castro, o deputado do PS Ricardo Rodrigues justificou a recusa sublinhando que o ministro Rui Pereira esteve recentemente no Parlamento para falar de segurança.

O PSD queria que Rui Pereira esclarecesse a “grave descoordenação de comunicação” entre as forças policiais e o Governo no caso do assalto a uma ourivesaria e ao Museu do Ouro de Viana do Castelo.

Depois deste acontecimento, PSD e CDS-PP criticaram o PS por ter rejeitado os seus pedidos de audição parlamentar do ministro da Administração Interna. O PSD, através do vice-presidente da bancada Montalvão Machado criticou a recusa da bancada socialista, considerando que foi feita na base do “quero, posso e mando”.

“O PS começou muito mal esta terceira sessão legislativa, que fica marcada por esta atitude anti-democrática”, criticou Montalvão Machado.

O novo regimento prevê que cada ministro tenha de comparecer pelo menos uma vez por sessão legislativa em plenário e quatro em comissão, dando ainda aos partidos o direito de requerer de forma potestativa a audição de qualquer membro do executivo (direito limitado a um número de vezes por sessão que varia para cada grupo parlamentar).



PSD acusa Governo de basear a política de Educação em “prepotência e propaganda”

O PSD acusou o Governo de basear a política de Educação em “prepotência e propaganda”, criticando a iniciativa do executivo de distribuir computadores no início do ano lectivo.

“O Governo deixou de governar e transformou-se numa verdadeira agência de distribuição de material informático. Tudo em nome de um princípio basilar: o que interessa é a imagem e a aparência, independentemente de se continuar a hipotecar o futuro do país”, acusou o deputado social-democrata Pedro Duarte, numa declaração política no plenário da Assembleia da República.

Na passada quarta-feira, para assinalar o arranque do ano lectivo, o primeiro-ministro, sete ministros e 13 secretários de Estado distribuíram 2.000 computadores pessoais a professores e alunos do 10º ano em escolas de todo o país.

O deputado social-democrata deu outro exemplo do que considera ser “a prepotência e propaganda” que caracterizam a política educativa do Governo.

“Na abertura deste ano lectivo, o primeiro-ministro montou mais uma encenação, visitando uma escola em Resende e prometendo «Internet de banda larga em todas as escolas»”, relatou Pedro Duarte, acusando José Sócrates de “mais uma vez enganar a comunicação social e os portugueses”.

“A verdade é que, numa outra acção de propaganda, em Janeiro de 2006, o próprio primeiro-ministro afirmava, ao visitar a Escola de Oriola no Alentejo que «este é o último



estabelecimento de ensino no país a ter Internet de banda larga». A contradição é evidente”, considerou.

As críticas do PSD tiveram eco em toda a oposição, com o líder parlamentar do PCP, Bernardino Soares, a estranhar igualmente a acção de distribuição de computadores.

“O Governo, sempre tão ocupado com a presidência europeia, arranjou

tempo para empenhar o primeiro-ministro e os ministros numa ampla campanha de propaganda à volta da abertura do ano lectivo”, criticou o deputado comunista.

Também Ana Drago, do Bloco de Esquerda, acusou o Governo de estar a encenar “uma manobra de promoção de uma ministra [Maria de Lurdes Rodrigues] absolutamente

fragilizada”.

“Aquilo que caracteriza o Governo na área da educação é o erro e a persistência no erro, e têm sido os tribunais a obrigar o Governo a arrepiar caminho”, criticou, por seu lado, o deputado do CDS-PP José Paulo de Carvalho.

Curtas

«Cada vez se percebe melhor o esquema de Sócrates na RTP»

«Eu acho que a RTP sabe muito bem o que faz nos seus Momentos-Chávez com José Sócrates “estrelando”. Todos os dias se percebe cada vez melhor o esquema, como hoje no noticiário das 13 horas que acabei de ver, a propósito do anúncio de uma nova barragem. O modelo é sempre o mesmo, e contrasta com o tratamento televisivo das outras estações (hoje vi o da SIC para comparação). Mostra como a RTP passa sempre o Primeiro-ministro em grande plano, sozinho no palanque, numa intervenção sempre mais longa na RTP do que nos outros noticiários, com os conteúdos da “mensagem”, mesmo os puramente propagandísticos desprovidos de valor informativo, repetidos ad nauseam, (como a ideia de “os outros não fizeram, nós fazemos”), intactos na intervenção televisiva. Eles sabem o que fazem e sabem que nós sabemos o que eles fazem.» - Pacheco Pereira, in “Abrupto”

O presidente do PSD de Coimbra, acusa líder do PS de perda de influência da Cidade e do Distrito

O presidente do PSD de Coimbra, Jaime Soares, acusou o líder do PS distrital de nada fazer para evitar a saída de serviços desconcentrados do Estado ali sedeados, responsabilizando-o pela perda de influência da cidade.

Em comunicado enviado às redacções, o PSD de Coimbra manifesta “grande preocupação” pela “gravíssima situação” de saída da cidade de serviços do Estado, dando o exemplo das direcções regionais de Agricultura e de Economia.

Classificando as decisões de “autênticas machadadas que fragilizam e enfraquecem não só a cidade de Coimbra mas todo o distrito”, Jaime Soares responsabiliza directamente Vítor Batista, presidente da federação do PS.

“[Vítor Batista] conhecedor das intenções do Governo do seu partido, nada fez para evitar aquilo que há muito se previa e que agora, infelizmente, se veio a concretizar”, sublinha Jaime Soares.

O líder distrital do PSD alerta ainda para a possibilidade de saída da cidade da Direcção Regional de Educação do Centro ou da delegação regional do IPJ, entre outros serviços, no âmbito do Programa de Reestruturação da Administração Central do Estado (PRACE).

– Fontes: Lusa, RTP, DN, PL, fotos arquivo PL



Fiscalidade Municipal

Ricardo Rio (*)

Do presente mês de Setembro até ao final do ano, todos os Municípios do País irão exercer a sua capacidade tributária, mediante a fixação das taxas a aplicar em diferentes Impostos Municipais e em outros cuja receita reverte parcialmente para as Autarquias Locais.

Esta situação tem vindo a ganhar uma importância crescente ao longo dos últimos anos à medida que os sucessivos Governos entenderam conceder aos Executivos Municipais uma maior capacidade de determinar as receitas a arrecadar.

Subjacente a esta opção está a ideia, conceptualmente correcta, de que ao conferir tal faculdade às Autarquias os seus decisores assumiriam a responsabilidade política pelas decisões tomadas, cabendo-lhes responder perante as suas populações (quanto mais não fosse eleitoralmente) pelos valores cobrados de impostos e pela forma como tais verbas seriam posteriormente aplicadas.

Na situação actual, porém, um factor de natureza prática distorce este raciocínio, uma vez que ao não serem as Autarquias as entidades responsáveis pela cobrança efectiva dos impostos em questão, muitos são os cidadãos que jamais se apercebem que o valor da taxa que incide sobre os mesmos foi determinada pelos seus Órgãos Municipais.

Na mesma linha, quantos associam o valor da Taxa Municipal de Direitos de Passagem que lhes é repercutida nas facturas de comunicações a uma deliberação camarária?

Feita tal salvaguarda, a verdade é que esta nova orientação política coloca aos diferentes Autarcas um verdadeiro desafio na gestão da fiscalidade municipal, devendo esta assumir uma orientação estratégica que não se resume à obtenção da receita pela receita mas assegure, antes, a concretização de determinados objectivos da Gestão Municipal.

No mínimo, cabe aos Órgãos locais demonstrar que conseguem dar às verbas cobradas uma utilização mais proveitosa para os seus cidadãos do que aquela que poderia ser por estes directamente realizada.

Numa abordagem mais ambiciosa, seria expectável que as próprias Autarquias pudessem reconhecer a vantagem de reduzir a carga fiscal sobre cidadãos e entidades (reduzindo a derrama, isentando de taxas e licenças certos projectos, obras ou investimentos, etc.), com vista à geração de benefícios materiais ou imateriais para o seu concelho: conferir maior competitividade às suas empresas, criar postos de trabalho ou



implementar uma determinada política de ordenamento ou de requalificação urbanística para zonas mais sensíveis. As alternativas multiplicam-se na proporção da criatividade dos autarcas.

De uma forma geral, apela-se ao bom senso dos decisores, tendo em vista encontrar o ponto de equilíbrio entre o que é socialmente justificável e a necessidade de obter recursos para financiar a sua actividade corrente, com a consciência de que são recursos directamente subtraídos aos seus munícipes.

Daquilo que tem sido a experiência prática deste fenómeno, porém, a verdade é que apesar de os responsáveis governativos apresentarem diferentes simulações para a fixação das várias taxas de impostos pelas Autarquias, a esmagadora maioria destas – muitas vezes com o apoio e a orientação da ANMP – Associação Nacional de Municípios Portugueses – tende a aplicar sempre as taxas máximas legalmente permitidas.

A reforma da tributação do

património imobiliário foi, neste particular, um excelente exemplo de tal postura: recessos de que a substituição da Sisa e da Contribuição Autárquica pelo IMT – Imposto Municipal sobre Transacções e o IMI – Imposto Municipal sobre Imóveis pudessem originar uma quebra significativa das suas receitas próprias, os Autarcas optaram por aplicar as taxas máximas permitidas na maioria dos Municípios do País.

Com o passar dos anos, à medida que se percebeu que as suas receitas cresciam exponencialmente e que se mantêm as perspectivas de aumento da receita, seja por via do fim dos períodos de isenção dos imóveis mais antigos, seja pela redução do prazo de isenção aplicável aos imóveis mais recentes, seja, também, pelo aumento do valor aplicável ao aumento anual do IMI liquidado por cada imóvel (120€ para 2008) na cláusula de salvaguarda ainda em vigor, a descida das taxas do IMI começou a verificar-se de forma generalizada.

Afinal, a fixação das taxas do IMI pelos seus valores máximos serve apenas para cobrir os desequilíbrios financeiros das Autarquias, a expensas dos Municípios, num período em que as difíceis condições económicas e sociais que subsistem mereceria uma atitude de salvaguarda das poupanças dos cidadãos economicamente mais frágeis.

Presentemente, a alteração do método de cálculo da Derrama servirá seguramente para desculpar novas aplicações da taxa máxima, pese embora as simulações preparadas pelo Governo assegurarem a manutenção das receitas na média dos Municípios (diminui a taxa mas aumenta a base de tributação).

E, para não ir mais longe, quantos vão ser os Municípios que vão aplicar uma participação variável no IRS dos seus cidadãos inferior ao máximo legal?

– (*) *Economista, Vereador pelo PSD na Câmara de Ovar*

Autarcas do PSD responsabilizam Mesquita Machado pela dura perda que representa a saída da Bracalândia

O líder do PSD local e Vereador na Câmara Municipal de Braga, Ricardo Rio, aproveitou a Conferência de Imprensa em que efectuou o balanço da presença de 17 anos da Bracalândia no concelho de Braga para responsabilizar o actual Presidente da Câmara, Mesquita Machado, pela saída deste equipamento.

O vereador da oposição salientou que “é equívoco dizer que a Bracalândia sai porque era necessário arranjar um espaço para o Instituto Ibérico de Investigação e Nanotecnologias”, quando a verdade é que o parque de diversões teria de se deslocalizar porque o objectivo da Administração era criar “um parque ainda mais atractivo, de muito maior dimensão e com melhores condições”.

Ricardo Rio considerou que a administração da Bracalândia “cometeu um erro” ao ousar, na véspera das eleições autárquicas, dizer publicamente que “a Câmara não estava a colaborar na identificação dessa solução”.

Com isso, referiu, conquistou a oposição determinada de Mesquita Machado que, a partir daí, e de “forma irresponsável perante os interesses do concelho”, decidiu que este empreendimento não devia continuar até ao final do presente ano.

O líder da Coligação contou que quando a administração do parque de diversões solicitou a colaboração da Autarquia para encontrar terrenos muito maiores para instalar um novo equipamento, o edil indicou-lhes o contacto de dois ou três agentes imobiliários com os quais eles poderiam eventualmente encontrar uma alternativa.

Mas, acrescentou, o que esses agentes imobiliários fizeram foi apontar-lhes terrenos cujo preço por metro quadrado tornava completamente inviável a concretização do projecto.

Ao contrário da Câmara Municipal de Braga, outras 13 autarquias de todo o país «viram o potencial associado ao projecto e a oportunidade única de levar para os seus concelhos uma mais-valia desta natureza» e avançaram com propostas para acolher o novo parque, tendo a escolha da Lusoparques recaído sobre Penafiel, como é do domínio público.

O vereador da Coligação criticou ainda o edil bracarense por ter dito que a Bracalândia “é um parque



envelhecido, com equipamentos ultrapassados”, porque indiscutivelmente, tal como se apresenta, “ainda é o maior parque de diversões do país” e conseguiu, durante os últimos 17 anos, contribuir de forma decisiva para a economia concelhia, com impactos sobretudo ao nível da hotelaria e comércio.

Bracalândia visitada por 2,6 milhões

De acordo com as estatísticas fornecidas pela LusoParques, em 17 anos, o empreendimento que encerra as portas pela última vez no próximo dia 30 de Setembro, foi visitado por mais de 2,6 milhões de pessoas.

Oriundos de todo o Portugal continental e insular, com uma natural predominância das regiões do Norte e Centro, bem como de uma percentagem significativa vindos da Galiza. Arriscamos dizer que pelo menos na última meia dúzia de anos, terá sido o principal pólo de atracção e dinamização turística do concelho. De facto, para além das escolas que o visitavam de Março a Junho, o visitante normal vinha ao Parque e ficava, utilizando a oferta hoteleira que muito tem crescido, mais um, dois ou três dias.

Ricardo Rio sustentou que o empreendimento “foi um dos motores do desenvolvimento turístico de Braga” e tem “uma marca reconhecida e consagrada para lá das fronteiras do nosso país”. “A marca Bracalândia era uma referência em qualquer lado e havia uma íntima associação da marca com Braga. Todavia, esta relação de sucesso vai ser interrompida”,

lamentou.

O social-democrata apontou que “mais do que aquilo que a Bracalândia é hoje, era importante olhar para aquilo que ela poderia ser se tivesse havido colaboração com a Câmara Municipal de Braga”.

Em Penafiel, o Parque terá uma área três vezes superior, inúmeros novos equipamentos e um elevado montante de investimento associado.

De notar que já no formato actual, na componente do emprego, por exemplo, estavam assegurados cerca de 20 postos de trabalho permanentes e mais de uma centena sazonais, associados ao período de funcionamento do equipamento, entre Março e Outubro de cada ano, predominantemente recrutado na comunidade universitária de menores condições económicas, que assim encontrava uma fonte de financiamento complementar para os seus estudos.

Rio espera «transparência» nos projectos dos novos parques

Para o futuro, Ricardo Rio diz que Mesquita Machado tem a responsabilidade de encontrar soluções alternativas à saída da Bracalândia, mas o líder da Coligação “Juntos por Braga” espera que haja “transparência de processos” no que respeita aos anunciados dois novos parques de diversões para a cidade.

Aliás, Ricardo Rio prevê que a Câmara de Braga terá para com os novos promotores uma disponibilidade de colaboração superior àquela que teve em relação à Bracalândia nos

últimos tempos.

“Não é justo, não é correcto e não é politicamente aceitável” que isso aconteça, considerou, salvaguardando, no entanto, que deve haver “um espírito de colaboração, abertura para o diálogo e a procura das melhores soluções” para com os projectos que, tal como a Bracalândia, sejam uma mais-valia para Braga.

O líder da oposição concelhia realçou que da forma que o presidente da Câmara de Braga fala dos novos projectos, ainda revestidos de muito secretismo, dá ideia que vai ser ele quem os vai criar: “É ele que discute localizações e conteúdos e que apresenta soluções e calendários”, comentou.

Rio sugeriu que o município tenha cuidados adicionais na hora de licenciar os novos parques, particularmente no que concerne a acessibilidades, segurança, condições de estacionamento e enquadramento na área envolvente.

O vereador da oposição propôs ainda que a Câmara sensibilize os promotores dos novos empreendimentos de diversão a criarem efectivamente “algo que seja uma mais-valia para lá do parque de diversões, algo que se identifique com aquilo que é a marca do concelho de Braga”. Por exemplo, remetendo e sustentando os equipamentos desse parque no conceito da Braga Romana, tão em voga, sugeriu.

Em nome de todas as crianças de Braga e dos muitos milhares que nos visitaram, uma última mensagem: Até breve, Bracas!

– CPS/PSD-Braga

Notícias de Cascais

Esculturas monumentais de Gerard Rueda

Ontem, pelas 18H30, a Câmara Municipal de Cascais e a Fundação D. Luís I, com a colaboração do IVAM (Institut Valencià d'Art Modern) e da Fundación Gerardo Rueda, apresentaram em Cascais uma exposição de esculturas monumentais, da autoria do artista espanhol Gerard Rueda. São nove peças que ficarão colocadas no Passeio D. Luís I, junto à Praia da Ribeira, onde ficarão patentes até 15 de Janeiro.

Gerardo Rueda (1926-1996) é unanimemente considerado um dos modernistas espanhóis mais representativos de uma corrente que privilegiou a obra como repositório de disciplinas múltiplas, desde a pintura à escultura e às colagens, numa perspectiva de “concretização do espaço”, tendo os Estados Unidos como referência cultural.

Comissariada por Barbara Rose e Bernardo Pinto de Almeida, a exposição compõe-se de peças propriedade da colecção do Institut Valencià d'Art Modern (IVAM), que ficam patentes na Baía de Cascais até 15 de Janeiro de 2008, após o que serão transportadas para Nova Iorque e Dallas (EUA) e Madrid e Valladolid (Espanha).

A abertura da exposição foi antecedida por uma breve recepção no Salão Nobre da Câmara Municipal com a presença do Presidente da Câmara, António d'Orey Capucho.

Encontros literários na Biblioteca de São Domingos de Rana



“A verdadeira vida é a literatura” é o tema genérico de uma série de encontros que a Biblioteca Municipal de S. Domingos de Rana está a promover com a comunidade de leitores, entre 25 de Setembro e 4 de Dezembro. O objectivo desta iniciativa é partilhar e debater o conteúdo literário de várias obras.

Orientados por Ana Nascimento Piedade, autora do guião do vídeo “A Personalidade Literária de Mário de Sá-Carneiro os encontros realizam-se quinzenalmente, às terças-feiras, das 19H00 às 21H00, na Biblioteca Municipal de S. Domingos de Rana.

Na primeira sessão da iniciativa esteve em foco a obra “Histórias de Ver e Andar”, de Teolinda Gersão, editada pela editora D. Quixote, em 2002. As restantes sessões abordam:

- Inveja – Mal Secreto, de Zuenir Ventura, Asa Editores, 2005 (9 Outubro);
- A Metamorfose, de Franz Kafka, Ed. Europa-América, Relógio d'Água (23 Outubro);
- O Livro dos Amores Risíveis, de Milan Kundera, Dom Quixote, 1991 (6 Novembro);
- A Sangue Frio, de Truman Capote, D. Quixote, 2006 (20 Novembro);
- A Correspondência de Fradique Mendes, de Eça de Queirós, Livros do Brasil (4 Dezembro).

Ana Nascimento Piedade é Licenciada em Filosofia pela Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa. Mestre em Estudos Literários Comparados pela Universidade Nova de Lisboa, com a tese A Questão Estética em Mário de Sá-Carneiro, publicada pela Universidade Aberta, em 1994.

Em Março de 2001 foi distinguida com o “Prémio de Ensaio Ernesto Guerra da Cal” com o estudo, Ironia e Socratismo em A Cidade e as Serras, publicado pelo Instituto Camões em 2002. Em Maio de 2001 co-organizou o Colóquio “Diálogos com Eça no novo milénio” no Palácio Fronteira em Lisboa, cujas Actas foram publicadas pelos Livros Horizonte em 2004.

**Ciclo de Música Coral “Sol Invictus”:
Concerto de início de**

Outono

No âmbito do Ciclo de Música Coral “Sol Invictus”, o Grupo Recreativo e Dramático 1.º de Maio de Tires recebeu, no dia 22 de Setembro, às 21H30, um concerto que assinala a chegada do Outono.

Os concertos que integram o Ciclo de Música Coral “Sol Invictus” realizam-se no início de cada estação e em cada solstício, dando a conhecer diferentes grupos corais amadores.

Participaram no concerto de abertura do Ciclo de Música Coral “Sol Invictus”, o Grupo Coral Estrelas do Guadiana da Associação Cultural e Recreativa dos Alentejanos Residentes em Tires e o Cantapiano, coral criado em 1996 por iniciativa de um grupo de ex-alunos da Casa Pia de Lisboa.

O Grupo Coral “Estrelas do Guadiana” surgiu em 1975, nas já conhecidas “reuniões de café”, onde um grupo de Alentejanos residentes em Tires recordava entre conversas e muita alegria as tradicionais modas alentejanas. É constituído por 24 membros, oriundos das regiões do Alto e Baixo Alentejo, Algarve, regiões atravessadas pelo rio Guadiana, o que justifica a escolha do nome “Estrelas do Guadiana”.

O seu grande objectivo é o da divulgação, valorização e defesa do Património cultural artístico e etnográfico do Alentejo. Realiza todos os anos o “Encontro de Coros Alentejanos”, que já vai na XXVII edição.

O Coral Cantapiano foi criado em 1996 por iniciativa de um grupo de ex-alunos da Casa Pia de Lisboa. Após a sua primeira apresentação em público (29 de Junho de 1996), no Centro Cultural de Belém, o coro participou em mais de trinta concertos, em instituições e localidades diversas, donde se destacam: Museu Nacional de Arte Antiga, Igreja do Sacramento, Estoril, Mosteiro de Cós (Alcobaça), Museu José Malhoa (Caldas da Rainha), Auditório Municipal Lurdes Norberto (Linda-a-Velha) e Palácio da Independência. Em 2005, participou no I Encontro de Coros da Administração Pública. Os objectivos do coro são a prática e a divulgação da música coral de várias épocas, géneros e origens geográficas, com preferência pelas canções tradicionais portuguesas. – Gab. Imp. CMCascais



Notícias de Castro Marim

PSD local acusa Governo de tratar agricultores de forma “arrogante e desprezível”

O PSD de Castro Marim, Algarve, acusou o Governo de tratar os agricultores do concelho de forma “arrogante e desprezível” ao ter determinado o encerramento da zona agrária local, no âmbito da reestruturação do Ministério da Agricultura.

Em comunicado, os sociais-democratas lamentam a “decisão peregrina” do Executivo em fechar os serviços da Zona Agrária de Castro Marim/Vila Real de Santo António.

A partir de agora, observam, as mais de duas centenas de agricultores daqueles concelhos, “alguns deles com idades avançadas e enormes dificuldades de locomoção, são obrigados a deslocar-se à delegação de Tavira ou à Direcção Regional de Agricultura em Faro para cuidar de questões ligadas à agricultura, designadamente projectos, financiamentos e subsídios”.

Na opinião da concelhia laranja,



trata-se de um “rude golpe” de José Sócrates a Castro Marim e aos agricultores, “em nome de uma pseudo reestruturação dos serviços descentralizados do Ministério da Agricultura”.

Em resposta, o director regional de Agricultura do Algarve, Castelão Rodrigues, garante que a medida não afectará os profissionais da agricultura daquele concelho do extremo leste algarvio, que poderão continuar a tratar dos seus assuntos localmente.

“O encerramento de algumas Zonas Agrárias não significa o abandono dos concelhos”, asseverou aquele responsável, em declarações à Agência Lusa.

Assim, sublinhou, o fim da “de porta aberta” nos concelhos de Castro Marim, Lagos, Monchique, Albufeira, Loulé e São Brás de Alportel terá como contrapartida a deslocação de técnicos do Ministério às Juntas de Freguesia e

associações locais “uma ou mais vezes por semana em cada concelho”.

Ressalvando que a reestruturação prevê a manutenção dos núcleos agrícolas de Portimão, Tavira, Silves e Aljezur, Castelão Rodrigues garantiu que nos concelhos em que as portas foram fechadas os técnicos ajudarão os agricultores exactamente nas mesmas áreas agora tratadas nas zonas agrárias.

“Os assuntos serão exactamente os mesmos”, frisou o director regional, assegurando que os agricultores “até sairão beneficiados” da situação, porque se dirigirão às sedes das juntas respectivas, “normalmente mais próximas que a antiga zona agrária.

Por outro lado, Castelão Rodrigues revelou que uma boa parte dos serviços agora prestados nas zonas agrárias serão também assegurados pelas associações locais, de desenvolvimento ou de agricultores, que a isso estejam dispostas. – Fonte: Lusa

Notícias de Setúbal

PSD lamenta “fuga” de Governadora Civil

A Distrital de Setúbal do PSD tomou ontem conhecimento do pedido de exoneração apresentado pela Governadora Civil de Setúbal, Senhora Arqt^a. Teresa Almeida, no seguimento de um convite que lhe foi apresentado pelo Presidente da Câmara Municipal de Lisboa.

A Distrital de Setúbal do PSD considera negativa a actuação da Governadora Civil de Setúbal, durante o período em que exerceu as funções.

A CPD critica a lógica e a filosofia que os socialistas, regra geral, adoptam nos cargos públicos, não tendo a Senhora Governadora sido excepção: defendem os interesses do Governo na região, quando deviam defender os interesses da região junto do Governo.

Foram dois anos marcados por um Governo de costas voltadas para os cidadãos; Dois anos de cortes superiores a 40 por cento nos investimentos da Administração Central no Distrito; Dois anos de inacção e de falta de visão estratégica; Dois anos lesivos das aspirações de Setúbal; Em suma, dois anos perdidos.

O Governo Civil deve ter, sempre, como objectivo, a defesa da Região; a procura de investimentos; o combater as desigualdades sociais e a resolução de problemas concretos. Deve ser a interface com a sociedade civil, devendo, igualmente, apoiar as instituições, os Clubes e as Associações. Não foi isto, infelizmente, que marcou o actual mandato. A titular do cargo limitou-se a ser a Porta-voz do Governo no Distrito.

A Senhora Governadora Civil não tinha qualquer vontade de inverter a sua actuação, pelo que na primeira oportunidade, aproveitou para sair, voltando as costas à população do Distrito.

A CPD considera que este abandono ainda seria pior se viesse a revelar uma estratégia partidária com vista a uma candidatura futura a qualquer cargo político num Concelho ou no Distrito. Qualquer estratégia partidária não pode ser mais importante do que o exercício de um cargo que tem, sempre, como principal objectivo, defender e representar as populações do Distrito.

Espera-se que tal não venha a acontecer! A Distrital do PSD de Setúbal vai estar atenta. - Gab. Imp. CPD/Setubal-PSD



Notícias de Coruche

Reunião da Concelhia com a CNA, sobre a transferência da Delegação Regional de Agricultura para Coruche

«Em memorando que enviamos em anexo, damos conta da reunião que ocorreu entre os membros dos órgãos da Concelhia do PSD de Coruche e a CNA (Confederação Nacional de Agricultores), agradecemos a forma séria e solidária como decorreu a reunião, reforçando a nossa convicção do interesse para a Região da saída da Delegação Regional de Agricultura, sediada na Bolsa do Porco, no Montijo, que deve ser transferida para Coruche.

«Com a reestruturação iniciada no Ministério da Agricultura, temos vindo a assistir a várias trapalhadas, o que não é de estranhar, dado que reformar pressupõe melhorar, o que não é o caso. O que o PS está a fazer é saneamento político, a castigar populações e profissionais e a colocar os seus “boys” nos novos lugares criados. Nada está a acontecer de forma racional e necessária para o cidadão,



nem para os agricultores, no caso vertente.

«Não se compreende que:

- O Governo Socialista de António Guterres/Capoulas Santos criou dezenas de novas zonas agrárias para dar guarida às suas clientelas. Era a época da distribuição das iguarias. Correu mal. Foi o despesismo que todos sabemos;

- Vem outro Governo Socialista, de José Sócrates, e resolve que afinal temos que cortar tudo, pois os números têm que ser servidos a frio. Não são os serviços ao serviço das populações mas sim estas que procurem os serviços.

- Um Distrito com Meio Milhão de Habitantes e umas dezenas de milhares de agricultores, não merece ser tratado desta forma;

- Com a localização de uma Delegação em Abrantes, liderada por mais um Socialista repescado da Golegã, cuja decisão também é de contestar, dada a sua localização geográfica, reforçada com mais uma questão estranha no criar um Pólo de Vila Franca de Xira. Ninguém consegue perceber;

- A Região de Lisboa Vale do Tejo Sorraia e Charneca, excluindo o Oeste, justifica plenamente a Delegação Regional de Agricultura nesta Região, tendo em consideração que a Agricultura e a Agro-Indústria estão centralizadas nesta Zona (beterraba, arroz, tomate, milho, etc.). Mas o que fez o Governo Socialista? Esqueceu-se, mais uma vez, dos sacrificados dos agricultores! O que fez a autarquia Socialista de Coruche? Nada. Concordeu que o Montijo é que é a solução adequada à instalação da única Delegação Regional de Agricultura na margem Esquerda do Tejo;

- O PSD de Coruche contesta esta decisão, até porque existem todas as condições para a implantação DA DELEGAÇÃO REGIONAL DE AGRICULTURA, SERVIÇO importante de apoio ao Sector, que beneficiaria Coruche e Concelhos limítrofes.

O Departamento do INIA, sediado em Coruche, incluindo a Estação Experimental António Teixeira, deviam ter sido integrados e estaríamos perante uma situação séria de qualificação dos serviços do estado, devendo para o efeito, a Estação Experimental de Culturas Regadas António Teixeira ficar ao serviço dos agricultores e da Região do Vale do Tejo e do Sorraia, neste momento a estação funciona como posto de produção Agrícola para manter os salários dos técnicos e dos funcionários, situação no mínimo caricata.

«Como está actualmente é uma palhaçada.

É por tudo isto que o PSD de Coruche lutou e lutará para que se corrija este grave erro, tendo desafiado o Partido Socialista local a seguir o mesmo caminho, situação que não aconteceu. Pelo contrário, tem defendido a solução do Governo, preferindo ataques pessoais ao presidente da concelhia do PSD de Coruche.» -

CPS/PSD-Coruche

Notícias dos Açores

Eleições directas para a liderança a 9 de Novembro

As eleições directas para a liderança do PSD/Açores vão realizar-se a 9 de Novembro, terminando o prazo para a apresentação das candidaturas a 25 de Outubro, decidiu este sábado o Conselho Regional do partido, reunido em Ponta Delgada.

Os conselheiros social-democratas deliberaram igualmente que o congresso do PSD/Açores vai decorrer nos dias 30 de Novembro e 1 de Dezembro, na ilha de São Miguel.

O Conselho Regional procedeu ainda à análise da actual situação política, tendo criticado a “falta de resultados” da governação socialista.

“Ainda ontem foram divulgados dados do Instituto Nacional de Estatística que colocam os Açores como a Região com o mais baixo índice de poder de compra do país, ou seja, pagamos mais e recebemos menos”, afirmou Jorge Macedo, secretário-geral do PSD/Açores, em

declarações aos jornalistas.

Apesar do arquipélago ter “recebido quatro vezes mais fundos comunitários” que as restantes regiões ultraperiféricas da União Europeia, os resultados de 11 anos de governação socialista nos Açores “são muito fracos”, salientou o dirigente social-democrata.

“Não estamos condenados a ser os últimos nos melhores indicadores e os primeiros nos piores”, disse Jorge

Macedo, ao apresentar as conclusões do Conselho Regional do PSD/Açores. – **Gab. Imp. PSD/Açores**

Governo “exibe milhões”, mas com os “menores resultados de sempre”

O PSD/Açores criticou o governo regional por voltar a “exibir os

milhões” e dizer que o Plano de Investimento para 2008 é “o maior de sempre”, quando os açorianos sentem que “têm tão pouco”.

“Não se pode ver o governo a dizer que tem tantos milhões e os açorianos a sentirem que têm tão pouco”, afirmou António Marinho, vice-presidente do PSD/Açores, após uma audiência com o presidente do governo regional sobre a proposta de Plano de Investimento da Região para 2008.

Segundo o dirigente social-democrata, o governo socialista “exibe os milhões que tanto gosta de exibir e julga que tudo se esgota aí”.

António Marinho salientou que “o problema é que os açorianos vêm o seu rendimento a baixar”, dando como exemplos o facto dos Açores serem a região do país “com mais baixo poder de compra” e o PIB do arquipélago representar 66 por cento da média comunitária, “quando já foi de 71 por cento”.

Para o vice-presidente do PSD/Açores, “os maiores [investimentos] de sempre transformam-se, permanentemente, nos menores resultados de sempre”.

Além de António Marinho, integrou a representação social-democrata o secretário-geral do PSD – **Fonte: Gab. Imp. PSD/Açores**

Projecto de revisão do Estatuto é “excelente proposta” para aprofundar Autonomia

O PSD/Açores considerou hoje que o projecto de revisão do Estatuto Político-Administrativo é uma “excelente proposta” para o aprofundamento da Autonomia açoriana.

“Temos uma excelente proposta de aprofundamento da Autonomia, que queremos ver agora apoiada na Assembleia da República como um designio nacional”, afirmou José Manuel Bolieiro, vice-presidente do grupo parlamentar social-democrata, após o acto de entrega do projecto de revisão do Estatuto, subscrito por todos os deputados do parlamento, ao



presidente da Assembleia Legislativa dos Açores.

O deputado do PSD/Açores, que representou o partido juntamente com Pedro Gomes, vice-presidente da bancada social-democrata, salientou que o projecto de revisão do Estatuto “coloca a Região como protagonista principal da Autonomia e não como um simples destinatário da vontade política de descentralização do Estado”.

Para José Manuel Bolieiro, ficou assim definido “consensualmente” entre todos os partidos a reivindicação de consagrar a Região como “sujeito da Autonomia política e legislativa”. - **ALRA**

PSD defende incentivo de práticas agrícolas livres de pesticidas

O PSD/Açores defendeu a

necessidade de se “incentivar” o aumento de práticas agrícolas livres de pesticidas na Região, o que poderá ser alcançado através de uma “política promocional” do consumo ambientalmente sustentável.

“É preciso incentivar um maior número de práticas agrícolas livres de pesticidas, motivar um conjunto de Agriculturas cujos métodos incluem alternativas não químicas, orientar o uso de pesticidas com menor toxicidade, dado que existem agriculturas onde a sua presença ainda é insubstituível, implementar uma consistente política de protecção das culturas e instalar um sistema transparente de acompanhamento para relatar e monitorizar o que vai ocorrendo”, afirmou o deputado social-democrata António Ventura, numa intervenção na Assembleia Legislativa dos Açores.

O parlamentar do PSD/Açores, esta situação “só é possível se falarmos igualmente numa política promocional de consumo ambientalmente sustentável, permitindo ao consumidor final reconhecer a excelência dos produtos da agricultura e os benefícios desta qualidade intrínseca para a saúde humana”.

António Ventura considerou, por isso, que “faz falta na Região um programa de divulgação pública que espelhe as vantagens do cruzamento entre a saúde, a agricultura e o ambiente”.

No entanto, referiu, “não existe na Região qualquer meio de recolha, tratamento e comunicação de informações estatísticas do uso e comercialização dos pesticidas nos Açores.

“Sem esta ferramenta de suporte ao conhecimento não é possível estabelecerem-se metas e objectivos, ou seja, não se consegue actuar, porque,

simplesmente, não se mede”, o impacto da utilização de pesticidas no arquipélago. - **ALRA**

Política para as ilhas da coesão “falhou” em Santa Maria

O PSD/Açores considerou que a fragilidade do tecido empresarial da ilha de Santa Maria é uma das provas de que a política do governo regional para as chamadas ilhas da coesão “falhou” até ao momento, nomeadamente em Santa Maria.

“Disse-se que o tecido empresarial [de Santa Maria] é muito fraco, o que é verdade, mas é também mais uma prova de que a política para as ilhas da coesão falhou completamente, pelo menos até agora”, afirmou o deputado social-democrata Sérgio Ferreira.

Num debate sobre a visita estatutária do governo regional a Santa Maria, o parlamentar do PSD/Açores referiu-se também às afirmações presidente do executivo, que disse que os “marienses devem esquecer o aeroporto e olhar para a frente”.

“Mas onde é que estão as alternativas ao aeroporto? Se houvesse uma alternativa, obviamente que se podia esquecer a questão”, salientou o deputado social-democrata, que recordou que “se o aeroporto perder a sua dimensão internacional há uma série de postos de trabalho que são extintos”.

Sérgio Ferreira lembrou ainda que “há um ano e meio o governo regional anunciou, a propósito do encerramento nocturno do aeroporto, que a situação estava prestes a ser resolvida, mas o único que se conseguiu foram prorrogações” da situação de excepção relativamente ao encerramento nocturno. - **PSD/Stª Maria-Açores**



CONSELHO DE JURISDIÇÃO NACIONAL DO PSD

EDITAL

Em conformidade com a Deliberação do Conselho de Jurisdição Nacional de 24 de Setembro de 2007, determina-se a rectificação do horário de funcionamento das Mesas das Assembleias de Voto da Eleição do Presidente da Comissão Política Nacional e dos Delegados ao XXX Congresso da Região Autónoma dos Açores da forma seguinte:

Todo o Concelho de Ponta Delgada das 17h00 às 22h00;
Todo o Concelho da Ribeira Grande das 17h00 às 22h00;
Todo o Concelho da Lagoa das 17h00 às 22h00;
Todo o Concelho da Povoação das 17h00 às 22h00;
Todo o Concelho de Angra do Heroísmo das 17h00 às 22h00;
Todo o Concelho da Praia da Vitória das 17h00 às 22h00;
Todo o Concelho de Lages das 17h00 às 22h00;
Concelho de Santa Cruz - Grupo Desportivo "Os Minhocas" Santa Cruz - das 17h00 às 22h00;
Concelho de Santa Cruz - Sala da Sede da Filarmónica "Recreio dos Artistas" - Santa Cruz das 17h00 às 22h00;
Todo o Concelho de Vila do Porto das 17h00 às 22h00;
Todo o Concelho do Corvo das 17h00 às 22h00.

Lisboa, 24 de Setembro de 2007

O Presidente do CJN/PSD
(Guilherme Silva)

Convocatórias



ASSEMBLEIA DISTRITAL DE AVEIRO

Ao abrigo do artigo 37º dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia Distrital de Aveiro do PSD, para uma reunião ordinária a realizar no próximo dia 3 de Outubro de 2007 (QUARTA-FEIRA), PELAS 21H00, NO EDIFÍCIO DOS Paços da Cultura (antiga Câmara Municipal), sito na Rua 11 de Outubro, em São João da Madeira, com a seguinte

Ordem de Trabalhos

1. Moção Temática a apresentar ao XXX Congresso Nacional do PSD;
2. Análise da situação política e partidária.

ASSEMBLEIA DISTRITAL DE LEIRIA

Ao abrigo das disposições estatutárias e regulamentares aplicáveis em vigor, convoca-se os membros da Assembleia Distrital de Leiria do Partido Social Democrata, para uma reunião ordinária, no próximo dia 1 de Outubro de 2007 (segunda-feira), pelas 21h00, na Sede Distrital do PSD de Leiria, sita na Rua Dr. José Jardim, nº 32, na cidade de Leiria, com a seguinte

Ordem de Trabalhos

1. Análise da situação política.
2. Preparação do XXX Congresso do PSD

ASSEMBLEIA DISTRITAL DE SETÚBAL

Nos termos dos Estatutos convoco a Assembleia Distrital de Setúbal para reunir no próximo dia 02 de Outubro de 2007, terça-feira, pelas 21H00, na Sociedade Harmonia, sito na Rua Sociedade Harmonia, em Santiago do Cacém, com a seguinte:

ORDEM DE TRABALHOS

1. Discussão e Aprovação da Proposta Temática do Distrito de Setúbal ao XXX Congresso do PSD (as propostas devem ser enviadas até às 18h do dia 30/09/2007 à CPD em suporte magnético);
2. Informações;
3. Análise da Situação Político-partidária

ASSEMBLEIA DISTRITAL DE VISEU

Nos termos dos estatutos do Partido Social-Democrata, convoca-se a Assembleia Distrital do PSD de Viseu, para uma reunião ordinária, no próximo dia 1 de Outubro de 2007 (segunda-feira) pelas 21.00 horas, no salão da Assembleia Municipal (Solar dos Peixotos), em Viseu, com a seguinte ordem de trabalhos:

Ponto único: Análise da Situação Política Nacional e Local, decorrente das eleições para o Presidente da Comissão Política Nacional do PSD.



TSD/Porto

Ao abrigo dos Estatutos e dos Regulamentos dos TSD, convoco a Assembleia Distrital do Porto para a Eleição dos Delegados dos TSD ao XXX Congresso do PSD, a realizar na Sede Distrital do PSD, sita na Rua Guerra Junqueiro 64, no dia 28 de Setembro das 18H00 às 20H00.

Ponto Único
Eleição dos Delegados ao XXX Congresso do PSD